

A COMUNIDADE DE ARTISTAS GALEGOS NO ALTO MINHO NOS SÉCULOS XVIII E XIX. LEGADO ARTÍSTICO

PAULA CRISTINA MACHADO CARDONA*

Resumo: *Tendo por base os contratos dos tabeliães públicos, documentos das confrarias, artigos científicos e monografias, propomo-nos analisar a atividade dos artistas e artífices galegos no Minho nos séculos XVIII e XIX, avaliando, no contexto social e cultural dos territórios de acolhimento desta comunidade de imigrantes, os processos de integração no mercado da encomenda artística (arquitetura e artes decorativas), através da forma como se organizam; tipificando as obras que executam; definindo, no quadro da hierarquia oficial, o papel que assumem; caracterizando a clientela e medindo o resultado estético que decorre da intervenção destes artistas. Este estudo permitirá esclarecer a importância do legado artístico galego na arte minhota na época moderna.*

Palavras-chave: *Galegos; Encomenda; Arte; Minho.*

Abstract: *Based on the contracts by public notaries, brotherhoods' documents, scientific articles and monographs, we propose to analyze the activity of Galician artists and journeymen in the Minho region in the 18th and 19th centuries, assessing the social and cultural context of the host territories of this community of immigrants, the integration processes in the artistic market (architecture and decorative arts), through the way they were organized; typifying the works they carry out; defining their hierarchical position, the role they assume; characterizing their clients and measuring the aesthetic result arising from the intervention of these artists. This study will make it possible to clarify the importance of artistic Galician legacy in Minho art in the modern era.*

Keywords: *Galicians; Commission; Art; Minho.*

O fenómeno das migrações sociais no passado, tal como nos nossos dias, está invariavelmente ligado a conjunturas de crise nos países de origem das comunidades emigrantes. São variáveis imutáveis associadas ao agravamento das condições económicas de um país ou território, decorrentes de longos períodos de carestia que provocam um decréscimo acentuado dos meios de obtenção de rendimento, pondo em causa os níveis mínimos de sobrevivência do indivíduo. Por norma este quadro é agravado por instabilidade de ordem política e social.

Quem emigra transitória ou definitivamente para outro país fá-lo motivado pela perspectiva de melhoria das suas condições de vida, buscando oportunidades no mercado de trabalho. Aos olhos das comunidades territoriais de acolhimento, estas comunidades migrantes são *os outros*, diferentes na cultura, diferentes na língua, diferentes nas formas de sociabilização, identificados muitas vezes pelos seus locais de origem. No caso em apreço a documentação regista-os como «os galegos», «os castelhanos», «os biscainhos»,

* CITCEM | Câmara Municipal do Porto – paula.cardona.pt@gmail.com.

«os espanhóis», etc. Estas designações reportam, igualmente, a forma como os autóctones, por vezes, pejorativamente, olham para essas comunidades de estrangeiros.

Do ponto de vista social e cultural, é notório que as migrações terão uma influência dupla, isto é, deixam marcas nos locais de origem e de destino¹. Dentro de um contexto social e geográfico, o fenómeno da emigração, dos *outros*, pode ser entendido considerando os movimentos de curta distância e duração e, por oposição, de longa distância e permanência. A proximidade da região da Galiza e a presença de artistas e artífices desta comunidade no território minhoto são os pontos de partida para a análise da importância da atividade artística destes núcleos oficiais ativos no contexto das dinâmicas artísticas do território minhoto nos séculos XVIII e XIX.

FRONTEIRA E VIVÊNCIAS COMUNITÁRIAS. CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL

Ao longo da fronteira do Minho com a Galiza, o rio Minho impõe-se como barreira física natural entre os dois territórios e é simultaneamente um elemento privilegiado através do qual se facilitava o contacto com as povoações de ambas as margens ligadas entre si por dinâmicas de intercâmbio cultural, comercial, jurídico e administrativo, eclesiástico, político e militar². Estas diversas motivações que concorrem para o estreitamento de contactos e ligações entre dois povos estrangeiros estão bem patentes no território do Minho/Lima desde os alvares da nacionalidade, como de resto em todo o território fronteiriço luso-castelhano.

Como fronteira, o rio estabelece e define os limites de duas nações, apresentando-se como a materialização das soberanias territoriais que se acentua nos momentos de crise político-militar, como aliás sucederá com frequência em todo o antigo regime e em particular no período pré e pós-restauração da independência do reino português (1640), em que as linhas de fronteira se impõem como barreira com a construção e reforço de infraestruturas e equipamentos militares destinados a defender o território das investidas militares castelhanas. A fronteira torna-se na montra das capacidades beligerantes instaladas, impondo-se de forma efetiva e simbólica e nesses momentos de ameaça de soberania diluem-se os intercâmbios entre as comunidades raianas, os fluxos transfronteiriços tornam-se menos regulares e mais difusos. Os momentos de ameaça de soberania motivam sentimentos de xenofobia e insegurança com impacto nas vivências e nas interações destas comunidades raianas; vivências medidas pelos contactos regulares de base comercial, por laços familiares de consanguinidade e parentesco, de boa vizinhança, de solidariedade e de amizade, mas também medidas por intercâmbios culturais e artísticos.

Se o rio Minho é crucial como elemento de fronteira e simultaneamente de ligação, as vias de comunicação terrestres foram basilares para a circulação de pessoas e bens,

¹ GONÇALVES, 2009: 24.

² MARQUES, 2009: 94.

como de resto se comprova com os caminhos que sulcavam o noroeste de Portugal em direção ao túmulo do apóstolo Santiago. Estas vias de comunicação, especialmente os dois itinerários principais que ligavam esta zona do reino de Portugal à Galiza, estimulavam os movimentos pendulares de pessoas e mercadorias, fomentando igualmente a difusão e o cruzamento de ideias e de práticas culturais. Estas vias de comunicação transfronteiriças são utilizadas pelos emigrantes provenientes da Galiza, que chegam ao território nacional em duas vagas sucessivas, a primeira em finais do século XVI e início do século XVII e a segunda no primeiro quartel do século XVIII.

As razões subjacentes à deslocação da população galega resultam de uma combinação de fatores: a especial conjuntura demográfica – a população duplica entre os séculos XVI e primeira metade do século XVIII, chegando a 1 300 000 indivíduos – e a deficiência do sistema produtivo, motivada, sobretudo, pela deficitária economia agrícola, sobrecarregada de rendas e impostos, uma sucessão de maus anos agrícolas e a procura de mão de obra dos centros urbanos peninsulares (Porto, Lisboa, Madrid), que se animam com sinais de prosperidade³. O êxodo galego para o território português em geral e para o Minho em particular, que se faz sentir de forma mais intensa no primeiro quartel do século XVIII, assenta no facto de Portugal se apresentar como um polo de atração devido ao comércio aurífero com o Brasil e ao *deficit* demográfico causado pela emigração portuguesa para o referido espaço ultramarino.

Importa ainda salientar que o padrão migratório galego é marcado pelas características socioeconómicas das diferentes áreas geográficas da Galiza. Para Portugal em geral, integrados em ciclos de longa duração, vinham os galegos da Galiza Atlântica, sobretudo agricultores e oficiais mecânicos (canteiros, pedreiros, alveneiros, tendeiros, etc.), maioritariamente homens solteiros, mas também alguns viúvos, com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos. Nas grandes cidades, como Lisboa e Porto, a comunidade galega concentrava-se, sobretudo, nos serviços: transportes, serviços domésticos e distribuição de água (o número de aguadeiros no Porto, tal como em Lisboa, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, era bastante expressivo)⁴. Nas cidades e vilas da periferia acumulavam o amanho da terra com outras atividades ligadas à construção de equipamentos de diversa tipologia: pontes, muros, lagares, adegas e intervenções em edifícios civis e religiosos. Estas ocupações retratam o estatuto social destes emigrantes que, devido ao carácter transitório da sua permanência, não se integravam totalmente na sociedade dos territórios de acolhimento e ocupavam os estratos mais modestos dessa mesma sociedade. Existirão exceções, sobretudo nas comunidades de oficiais mecânicos, minimamente organizadas e plenamente integradas no mercado de trabalho, como de resto se demonstra no desenvolvimento desta análise.

O recenseamento da comunidade galega no século XVIII e inícios do século XIX no território do Minho/Lima é complexo devido à falta de indicadores sólidos. Os estudos dos

³ VILLARES, 1991: 85-86.

⁴ LOPO, 2003: 172-179.

movimentos migratórios de Galiza para Portugal e vice-versa, anteriores à segunda metade do século XIX (período em que começam a ser publicados os primeiros dados estatísticos), debatem-se com o problema de falta de fontes primárias sequenciais e consistentes.

Esta análise foi exclusivamente baseada na documentação notarial e em documentos das confrarias, Ordem Terceiras, Misericórdias e unidades conventuais, fontes que dão uma visão aproximada mas pouco exata do fenómeno em apreço, não sendo suficientes para uma leitura real da dimensão da comunidade galega, em número de pessoas, e do seu papel no contexto social, cultural e artístico dos territórios de acolhimento. Todavia é possível perceber a forma e os meios de integração social da comunidade galega através da participação em manifestações de carácter religioso e/ou profano, dos alistamentos em confrarias e/ou comunidades de mestres, dos locais de residência e, uma vez instalados, provisoriamente ou definitivamente, do tipo de atividade desenvolvida.

As festas e romarias religiosas eram espaços privilegiados de contacto social nos quais participavam as comunidades raianas. A presença de galegos nas manifestações festivas no Alto Minho estão documentadas um pouco por todos os concelhos sobretudo nas festas e romarias de santuários, igrejas e ermidas, como revelam os relatos das Memórias Paroquiais relativas a Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, com o Santuário da Senhora da Peneda, na freguesia da Gaviéria, a ser palco de «grande romagem que se prolonga por todo o Verão e Estio, concorre muito povo, assim de Portugal como da Galiza»⁵.

As confrarias com uma base de recrutamento ampla aglutinavam as comunidades paroquiais desempenhando um papel crucial, não apenas na sua vertente assistencial mas também como estruturas facilitadoras da integração social dos seus membros. Assim parece ter acontecido no caso particular do mestre pedreiro Paulo Vidal, operoso artista galego ativo em Braga, Viana do Castelo e Amarante entre 1759 e 1789 que se alista em 1759, juntamente com sua mulher, como irmão da confraria de N.ª Sr.ª de Monserrate de Viana do Castelo⁶. Era igualmente irmão da confraria do Santíssimo Rosário da igreja do convento de São Domingos na mesma cidade, como é mencionado no registo de entrada datado de 1761⁷, sabendo-se que o mestre galego se encontrava nesse preciso momento em Viana do Castelo a intervir no retábulo da confraria do Rosário (1761) – o que fez gratuitamente, razão pela qual ele e sua mulher ficaram isentos de pagamento do valor habitualmente cobrado para entrar na confraria.

⁵ CAPELA, 2009: 248, 249, 433, 434, 437, 241. Em Melgaço, os festejos do orago da capela de Santa Ana atraíam «muito povo, assim deste Reino como de Galiza»; em Monção, na festa de N.ª Sr.ª dos Milagres em Cambeses «concorre romagem com curso de muita gente de diversas partes, não só do Reino como de Galiza». Na freguesia de Ceviães, a capela de N.ª Sr.ª da Peneda era concorrida por muita «gente de Portugal e Galiza, assim de romaria como de novenas pelos muitos milagres que faz». Em Valença, nas festividades de S. Teotónio (Ganfei) e no dia de S. Félix (Sanfins), participava muita gente «assim como de vizinhos e da Galiza». Em Vila Nova de Cerveira, o dia de N.ª Sr.ª Encarnação de Monte do Crasto, a festa de S. Cipriano da igreja Matriz, o Ecce Homo e a Véspera de Corpus Christi da igreja da Misericórdia, tinham grande afluência de «gente deste Reino mas também do Reino da Galiza». Em Viana do Castelo, à romaria em honra de N.ª Sr.ª da Cabeça de Freixiero de Soutelo acudia «muita gente, não só desta Província e Reino, se vem também do Reino de Galiza».

⁶ APSD – *Confraria de N.ª S.ª de Monserrate Viana do Castelo. Livro de entrada de irmãos*, s. n.: s. fls.

⁷ APSD – *Livro para os termos da recepção das irmãs que entram na Arquiconfraria do Santíssimo Rosário desta vila de Viana*, 1753: fl. 22v.

A comunidade de artistas e artífices galegos fixa-se nos centros urbanos mais populosos com dinâmicas relevantes direta e indiretamente relacionadas com a construção e reconstrução de edifícios e de infraestruturas, isto é, em locais onde era requerida mão de obra especializada, garantido possibilidades de trabalho contínuas e regulares. A documentação fornece em regra informações com indicação dos locais de morada dos oficiais, normalmente nas principais ruas das cidades e vilas, nas artérias onde se situavam as oficinas de mestres do mesmo ofício. Ter morada fixa não constituía condição impeditiva da mobilidade destes oficiais estrangeiros. Em rigor, tal como os mestres e oficiais nacionais, concorriam com os seus lances para obras publicitadas em núcleos urbanos fora dos seus locais oficiais de residência. A expressão «assistente», que indicam alguns documentos, dá-nos conta dessa realidade, sendo utilizada com o propósito de designar uma ocupação temporária do oficial num local de obra, como se ilustra no caso dos mestres pedreiros galegos Eugénio da Torre e Inácio Baceiro, naturais de Pontevedra e assistentes na freguesia de Paçô em Arcos de Valdevez onde se encontram a executar a obra do pátio da igreja de Nossa Senhora do Vale⁸.

Todos estes relatos testemunham formas de integração na sociedade e no mundo laboral desta comunidade de emigrantes que, fixando-se nos polos urbanos mais dinâmicos, se tornaram forças centrípetas capazes de atrair outros profissionais seus conterrâneos, conduzindo paulatinamente, sem que o fenómeno isolado e espontâneo da vinda destes oficiais desapareça, à constituição de pequenas corporações, organizados em oficinas, cuja expressão se assumiria mais consistente em cidades como Braga, onde o contingente de mestres e oficiais pedreiros oriundos da Galiza, atraídos claramente pela dinâmica artística desta cidade, era, por volta de 1750, de 52 indivíduos⁹. Os concelhos em torno deste distrito também acusam a presença de artistas galegos, como Barcelos, aqui com 11 oficiais e mestres de pedraria que contratam obras entre 1740 e 1794; Vila Verde, com igual número de artistas galegos a laborar entre 1749-1801; em Guimarães, a documentação noticia 10 oficiais e mestres galegos que surgem associados a obras entre 1749 e 1791. Neste período estão também ativos em Cabeceiras de Basto, Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Esposende, Terras de Bouro, Celorico de Basto, Fafe e Vizela¹⁰. Nos concelhos do vale do Minho/Lima escrutinaram-se, entre 1702-1832, 36 mestres pedreiros originários da Galiza.

ARTISTAS E ARTÍFICES GALEGOS – PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO DA ENCOMENDA ARTÍSTICA

A esmagadora maioria dos artífices galegos que emigram para o Minho/Lima são provenientes da província galega de Pontevedra, de localidades cuja distância não ultrapassava, em média, os 150 km, e eram na sua maioria mestres pedreiros.

⁸ CARDONA, 2012a: 178, 194, 204.

⁹ OLIVEIRA, 2011, vol. I: 62.

¹⁰ OLIVEIRA, 2011, vol. III: 20-455.

O peso de mestres e oficiais de pedraria galegos é considerável por oposição a outros ofícios onde a presença desta comunidade é pouco relevante ou quase inexistente, como são ofícios ligados à arte da madeira – carpinteiro, entalhador, escultor ou imaginário –, revelando que sobre este aspeto, em particular, as oficinas locais e os centros de proximidade dominavam o mercado da encomenda artística. Associados às artes decorativas estarão ativos, sobretudo no Vale do Minho: Bernardo del Pino, mestre arquiteto natural de Pontevedra, que executa, em 1739, a obra da tribuna da igreja paroquial de Venade em Caminha¹¹; Paulo Vidal, que contrata em 1761 os degraus e o arco do altar do camarim do retábulo de N.ª S.ª do Rosário, da igreja do Convento de S. Domingos de Viana do Castelo, e que dois anos depois, também em Viana do Castelo, estará a preparar o retábulo da capela de N.ª Sr.ª da Agonia (1763-1764)¹²; e Francisco Gonçalves, designado no contrato notarial, assinado em 1766, como espanhol, autor da obra do coro e arcaz da sacristia da igreja Matriz de Monção¹³. Deste restrito grupo fazem ainda parte os organeiros, como será o caso de José Benito de Barros, natural de Vigo, sendo a sua presença notada na Igreja Matriz de Arcos de Valdevez (1814-1823) e na Igreja da Misericórdia em Viana do Castelo (1825-1826). Outro nome incontornável da arte da organaria é o de Francisco António Solha, com atividade documentada em Braga, na catedral daquela cidade (1737), na igreja de Santa Cruz (1760)¹⁴ e no mosteiro de Tibães (1785); na catedral de Lamego (1755-1757); na igreja de S. Domingos (1758); no mosteiro de Sta. Mariinha da Costa (1778) e na Igreja da Misericórdia (1780) de Guimarães; na igreja do Convento de S. João de Tarouca (1767); na Capela de N.ª S.ª da Esperança do Ladário, Sátão (1768); na igreja do Convento de Sta. Clara em Vila do Conde (1775)¹⁵; em Amarante, onde lhe está atribuída a obra do órgão da igreja de São Gonçalo (1762)¹⁶ e em Arcos de Valdevez, contratado pela Misericórdia para a reforma do órgão da igreja (1765)¹⁷.

A presença significativa de oficiais e mestres pedreiros galegos, sobretudo a partir da década de 40 do século XVIII, encontra justificação na falta de mão de obra local para suprir o volume de obras que se acentuam neste período no território do Minho. A presença desta comunidade imigrante sentir-se-á até finais da centúria, tendo seguimento no século XIX. Maioritariamente, as obras arrematadas por oficiais galegos são as de arquitetura e, dentro desta categoria, sobressaem as intervenções destes nas de caráter religioso – capelas-mor, sacristias e campanários. É também frequente adjudicarem obras públicas e privadas, tais como pontes, fontanários, edifícios civis e casas particulares. Raros são os que executam o risco da obra, assumindo genericamente o papel de executantes, ficando o risco da obra a cargo de artistas locais¹⁸.

11 ADVC – *Fundo Notarial de Caminha, Tabelaio, CRASTO, Lourenço Mendes de*, fls. 54v.-56v.

12 SMITH, 1967: 22; OLIVEIRA, 2011, vol. III: 412-413; CARDONA, 2012b: 335.

13 ADVC – *Fundo Notarial de Monção, Tabelaio, CASTRO, Francisco José Soares*, fls. 104v.-105.

14 ADB – *Tabelaio Público Braga 1.ª Série*, vol. 131, fls. 131v.-132v. *Irmandade de Santa Cruz*. Livro 25, fls. 155v.-156v.

15 JORDAN, 1984: 4.

16 SARDOEIRA, 1957: 56.

17 ASCMAVV – *Termos da Mesa, 1742-1769*, fls. 116v.-117.

18 ROCHA, 1993: 144.

O quadro que se apresenta tipifica cronologicamente as obras executadas no Alto Minho e as respetivas autorias.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
1702, 29 de Julho¹⁹	Obra da fonte da vila de Monção	Alberto Velasco Castro	Mestre pedreiro	Pontevedra
1726, 22 de Dezembro²⁰	Obra da igreja paroquial de Britelo que incluía o campanário, coro e nichos, púlpito e pias de água benta. P. da Barca	Francisco Gonçalves Pedro Gonçalves	Mestres pedreiros	Pontevedra
1729, 21 de Novembro²¹	Obra do pátio da igreja paroquial de Nossa Senhora do Vale. A. de Valdevez	Eugénio da Torre Inácio Baceiro	Mestres pedreiros	Pontevedra
1730, 21 de Março²²	Obra de pedraria da capela-mor e sacristia da Igreja Matriz de Britelo. P. da Barca	João Rodrigues Bento Rodrigues	Mestre pedreiro	Pontevedra
1736, c. Julho²³	Obra do tanque do Convento de São Romão do Neiva, Viana do Castelo	Domingos de Castro Bento de Cabanelas Amaro Garrido	Pedreiros	Galiza
1736, Junho²⁴	Obra do tanque e do cano desde o chafariz até ao tanque do Convento de São Romão do Neiva, Viana do Castelo	Bernardo Galego	Mestre pedreiro	Galiza
1739, 9 de Março²⁵	Obra da tribuna da igreja paroquial de Venade, Caminha	Bernardo del Pino	Mestre arquiteto	Pontevedra
1740, Abril²⁶	Conserto do cano de água e tanque do claustro e horta do Convento de São Romão do Neiva	Inácio Galego	Pedreiro	Galiza
1744 – 1745²⁷	Obra de pedraria para colocação das grades da capela de Sto. António da Matriz de A. de Valdevez	Alberto de Villaverde	Mestre pedreiro	Galiza
1744, 13 de Outubro²⁸	Obra do acréscimo da sacristia da confraria do Espírito Santo da igreja Matriz de Monção	Paulo Solha	Mestre pedreiro	Galiza
1746, 15 de Dezembro²⁹	Lances da obra de pedraria da capela-mor da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	Dionísio Salgado	Mestre pedreiro	Galiza
1746, 15 de Dezembro³⁰	Lances da obra de pedraria da capela-mor da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	José Pires	Mestre pedreiro	Galiza

¹⁹ ADVC – *Fundo Notarial de Monção*, fls. 148v.-150.

²⁰ ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelaio, MUHIA, Francisco Cerqueira*, 3.º Ofício, fls. 200v.-202.

²¹ ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelaio, CUNHA, João Alves da*, 2.º Ofício, fls. 353v.-355v.

²² ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelaio, LEMOS, João de*, 1.º Ofício, fls. 91-92v.

²³ ADB – *Mosteiro de S. Romão, Livro de obras vol. 157*, fl. 59.

²⁴ ADB – *Mosteiro de S. Romão, Livro de obras vol. 157*, fls. 57-59.

²⁵ ADVC – *Fundo Notarial de Caminha Tabelaio, CRASTO, Lourenço Mendes de*, fls. 54v.-56v.

²⁶ ADB – *Mosteiro de S. Romão, Livro de obras vol. 157*, fl. 85.

²⁷ AMAVV – *Livro da Receita e Despesa, 1682-1747, Confraria de Santo António*, fls. 132v.-134v.

²⁸ MOREIRA, 2006: 443-444.

²⁹ AMAVV – *Igreja do Espírito Santo, Documentos Avulsos, Confraria do Espírito Santo*, s. fls.

³⁰ AMAVV – *Igreja do Espírito Santo, Documentos Avulsos, Confraria do Espírito Santo*, s. fls.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
1747, 10 de Junho³¹	Obra do muro e das paredes da quinta de Valverde, freguesia de S. Paio, A. de Valdevez	José	Pedreiro	Galiza
1747, 17 de Fevereiro³²	Obra de alvenaria da igreja paroquial de Couto, A. de Valdevez	Dionísio Salgado Joseph Hereres	Mestres pedreiros	Galiza
1748-1749³³	Obra do paredão de sustentação do adro da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	Dionísio Salgado	Mestre pedreiro	Galiza
1751, 11 de Julho³⁴	Obra de uma fresta na parede nascente da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Ponte de Lima	Pedro Amaro Garrido	Mestre pedreiro	Galiza
1751, 11 de Julho³⁵	Obra do pátio e adro da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Ponte de Lima	Pedro Amaro Garrido	Mestre pedreiro	Galiza
1751, 30 de Setembro³⁶	Obra da capela-mor da igreja paroquial de Padreiro, A. de Valdevez	Alberto de Villaverde Valadares Miguel de Marcan	Mestres pedreiros	Galiza
1754-1755³⁷	Reparação do presbitério e conserto dos degraus da capela-mor da igreja do Espírito Santo de A. de Valdevez	Domingos Solla	Mestre pedreiro	Galiza (aparece como sendo de A. de Valdevez)
1755, 15 de Agosto³⁸	Conserto do quebra-mar da ponte de P. da Barca	André do Souto Villaverde	Mestre pedreiro	Pontevedra
1760 c.³⁹	Apontamentos da obra de pedraria para colocação do retábulo da capela de N.ª Sr.ª do Rosário da igreja do convento de S. Domingos, Viana do Castelo	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
1760, 20 de Maio⁴⁰	Obra da capela-mor da capela de N.ª Sr.ª do Outeiro, Monção	Alberto da Fonte	Mestre pedreiro	Galiza
1761, 3 de Outubro⁴¹	Obra da casa da quinta de Fundevila, freguesia de Rio Cabrão. A. de Valdevez	Ângelo Guitreiro Francisco Bento Loureiro	Mestres pedreiros	Galiza
1763-1764⁴²	Intervenção na capela-mor da igreja de N.ª Sr.ª da Agonia (Viana do Castelo) para colocação do retábulo	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza

31 SILVA, *et al.*, 1996: 40.

32 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, PEREIRA, Jerónimo Barbosa, 5.º Ofício*, fls. 134-135v.

33 AMAV – *Igreja do Espírito Santo, Livro da Despesa, 1738-1771, Confraria do Espírito Santo*, fls. 48v.-50v.

34 MORAIS, 1981: 174.

35 MORAIS, 1981: 174.

36 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BRITO, Nuno dos Guimarães e; PEREIRA, Estêvão José da Silva, 6.º Ofício*, fls. 182-183v.

37 AMAV – *Igreja do Espírito Santo, Livro da Despesa, 1738-1771, confraria do Espírito Santo*, fl. 101.

38 ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelião, DANTAS, Filipe José Pinto, 2.º Ofício*, fls. 81v.-85v.

39 APSD – *Livro para os termos da recepção dos irmãos que entram na Arquiconfraria do Santíssimo Rosário desta vila de Viana. Feito em o ano de 1753*, fl. 16.

40 ADVC – *Fundo Notarial de Monção, Tabelião, CASTRO, Francisco José Soares*, fls. 95-96v.

41 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, FARIA, João Durães e COELHO, Joaquim Inácio, 2.º Ofício*, fls. 81-82v.

42 ACSA – *Conta da Receita e Despesa da confraria de N.ª Sr.ª da Agonia de Viana do Castelo, 1758-1795*, fl. 6.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
1765-1766 ⁴³	Obra da casa do despacho e do encanamento da água para a sacristia da Ordem Terceira Franciscana de Viana do Castelo	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
1766, 24 de Agosto ⁴⁴	Obra do coro da Igreja Matriz de Monção e arcaz da sacristia	Francisco Gonçalves	Mestre carpinteiro/ entalhador?	Galiza (aparece como sendo espanhol)
1769, 5 de Agosto ⁴⁵	Avaliação das obras do Hospital da Misericórdia de A. de Valdevez	Paulo Solha	Mestre pedreiro	Galiza
1772, 9 de Novembro ⁴⁶	Obra da residência paroquial de Sto. Estêvão da Boalhosa, P. de Lima	José Castro	Pedreiro	Galiza
1775, 26 de Junho ⁴⁷	Acompanhamento da execução da carpintaria da casa de residência da abadia de S. Tomé de Vade. P. da Barca	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
1775, 3 de Abril ⁴⁸	Risco e apontamentos da obra da casa da residência da abadia de S. Tomé de Vade. P. da Barca	Paulo Vidal	Mestre pedreiro	Galiza
1777, 6 de Novembro ⁴⁹	Obra da torre da igreja paroquial de São Cosme de A. de Valdevez	Bento Fontam	Mestre pedreiro	Galiza
1798, 29 de Março ⁵⁰	Obra da Residência Paroquial de St.ª Maria de Anais, P. de Lima	João Pinheiro	Pedreiro	Galiza
1810, 3 de Agosto ⁵¹	Obra do escadório da igreja paroquial de S. Paio. A. de Valdevez	Carlos António de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
1810, 7 de Março ⁵²	Obra da reforma da igreja de paroquial de Távora (Sta. Maria). A. de Valdevez	Ignácio Iglezias	Mestre pedreiro	Galiza
1810-1825 c. ⁵³	Obra de um tanque de água, freguesia de S. Salvador. A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
1812, 16 de Março ⁵⁴	Obra do pontilhão do Batelão da Balela, freguesia de Sabadim. A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
1812, 8 de Outubro ⁵⁵	Obra de pedraria da igreja paroquial de Vila Chã. P. da Barca	Carlos de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
1814, 20 de Julho ⁵⁶	Obra da «casa» e varanda do coro para assentar o órgão da igreja Matriz de A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra

⁴³ AOTVC – *Livro de Despesa das obras, 1720-1771*, fl. 33.

⁴⁴ ADVC – *Fundo Notarial de Monção, Tabelião, CASTRO, Francisco José Soares*, fls. 104v.-105.

⁴⁵ ASCMAVV – *Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 3v.-4.

⁴⁶ ROCHA, 1993: 145.

⁴⁷ ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelião, DANTAS, Filipe José Pinto, 2.º Ofício*, fls. 81v.-85v.

⁴⁸ MOREIRA, 2006: 368.

⁴⁹ ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BARREIROS, José António, 1.º Ofício*, fls. 8-8v.

⁵⁰ ADB – *Nota Vila Verde*, vol. 1185, fl. 70v-73.

⁵¹ ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, RODRIGUES, António José, 5.º Ofício*, fls. 55-56.

⁵² ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, RODRIGUES, António José, 5.º Ofício*, fls. 11v.-13.

⁵³ MOREIRA, 2006: 24.

⁵⁴ ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, LIMA, Caetano José da Silva, 6.º Ofício*, fls. 104v.-106.

⁵⁵ ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Tabelião, PALHÃO, João António Dias; SOUSA, Francisco d' Ascensão e, 4.º Ofício*, fls. 70-72v.

⁵⁶ AMAVV – *Livro das Contas, 1792-1823, Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, fl. 94.

DATA	DESCRIÇÃO DA OBRA	AUTOR	PROFISSÃO	CONCELHO
1814-1823 ⁵⁷	Execução do mecanismo do órgão da igreja Matriz de A. de Valdevez	José Benito de Barros	Mestre organeiro	Vigo
1816, 6 de Novembro ⁵⁸	Decisão das confrarias da igreja Matriz de A. de Valdevez para provimento do partido de organista	João Bento Martins	Mestre organista	Galiza
1817, 16 de Maio ⁵⁹	Obra do muro em volta do adro da Igreja Paroquial de São Paio, A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
1825, 1 de Outubro ⁶⁰	Obra da torre da igreja paroquial de Aboim, A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
1825-1826 ⁶¹	Reparação dos mecanismos do órgão da igreja da Misericórdia de Viana do Castelo	José Benito de Barros	Mestre organeiro	Vigo
1826, 26 de Maio ⁶²	Obra do adro da igreja da Misericórdia de A. de Valdevez	José Magdaleno	Mestre pedreiro	Pontevedra
1826, 26 de Maio ⁶³	Obra do adro da igreja da Misericórdia de A. de Valdevez	Carlos de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
1829, 20 de Julho ⁶⁴	Obra da calçada da ponte de P. da Barca	Carlos de Deus	Mestre pedreiro	Galiza
1832, Setembro ⁶⁵	Obra da capela do Senhor dos Passos, encomendada pela Misericórdia de P. da Barca	Bento Pires	Mestre pedreiro	Galiza

Fora da tabela ficaram as referências documentais associadas a obras que envolveram artistas e artífices galegos mas cujos nomes ou filiações são omissos, veja-se o caso do concelho de Ponte da Barca, em cujas obras da igreja da Misericórdia em 1732 estarão pedreiros galegos a construir a sacristia nova e o claustro do consistório⁶⁶. Em 1754, para o mesmo templo, um mestre pedreiro galego será contratado para intervir numa capela que se encontrava em construção⁶⁷. Em Valença, no mosteiro de Ganfei, pedreiros de Tui arrematam, em 1827, as obras da frontaria da igreja, conserto das escadas e outros reparos⁶⁸.

57 AMAV – *Livro dos Acórdãos, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846*, fls. 6v.-8.

58 AMAV – *Livro dos Acórdãos, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846*, fls. 13v.-14.

59 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, RODRIGUES, António José, 5.º Ofício*, fls. 81v.-83.

60 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, MARINHO, Luís Caetano, 4.º Ofício*, fls. 146v.-147v.

61 ARAÚJO, 1983: 65.

62 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BARREIROS, José António, 1.º Ofício*, fls. 8-8v.

63 ADVC – *Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Tabelião, BARREIROS, José António, 1.º Ofício*, fls. 8-8v.

64 ADVC – *Fundo Notarial de Ponte da Barca, Livro de Notas, Tabelião, PALHÃO, João António Dias, COSTA, José Gomes da e MAGALHÃES, João José Soares da Costa, 3.º Ofício*, fls. 77-78.

65 ASCMPB – *Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1832-1848*, fls. 38-38v.

66 ASCMPB – *Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1724-1735*, fl. 125.

67 ASCMPB – *Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1752-1764*, fl. 33.

68 ADB – *Mosteiro de Ganfei. Livro das obras, Vol. 41*.

LEGADO ARTÍSTICO GALEGO NA ARTE MINHOTA

Em finais do século XV e início do século XVI, período que corresponde à primeira vaga migratória de galegos, a produção artística da região minhota vai absorvendo linguagens artísticas que têm origem na catedral compostelana. Na arquitetura, a influência do plateresco espelhado no portal da fachada da Matriz de Caminha (1484-1515) é devido à presença de canteiros galegos e biscainhos.

A tónica dominante de uma aproximação a modelos compostelanos, amadurecidos no grande estaleiro de obras da Catedral de Santiago e perfilados no gosto renascentista, chega ao Alto Minho de duas formas: diretamente pela mão de mestres galegos, ou através de formação e aprendizagem adquiridas por mestres portugueses, importando aqui referir o nome de Mateus Lopes, último na sucessão do clã de obreiros Lopes, com formação adquirida em Pontevedra e em Santiago de Compostela.

Na produção pictórica da primeira metade do século XVI é sentida a influência hispânica de filiação renascentista, como testemunha a obra de André Padilha, ativo em Caminha e Viana do Castelo entre 1521 e 1561, e o primeiro representante de uma escola de pintura regional que irradia a partir de Viana do Castelo. Contactos contínuos de pintores portugueses com as obras de pintores galegos de entre os quais se nomeia o compostelano Juam Bautista Celma, ditarão a introdução de uma orientação mais italianizante da pintura no período maneirista⁶⁹. As semelhanças com a arte galega, sobretudo na arquitetura e na pintura quinhentista, são precisas e pontuais. Em geral, a arte portuguesa desenvolveu-se de forma autónoma consolidando, no século XVIII, a sua originalidade e identidade próprias.

Neste processo evolutivo importa precisar, para o período em análise, que a presença dos artistas galegos ocorre num momento em que a arquitetura em Braga e no seu raio de influência geográfica – o Minho e Trás-os-Montes – evoluirá de forma impactante do ponto de vista estético, ao adotar uma linguagem erudita de cunho internacional associando um vocabulário rococó de influência augsburgiana. Os intérpretes desse novo gosto serão figuras de topo que gravitam na órbita da corte arquiépiscopal, timonada pelos príncipes reais, D. José e D. Gaspar de Bragança. Estes artistas, tracistas polivalentes, serão chamados para materializar – interpretar e executar – o gosto e o estilo que esses altos dignitários eclesiásticos impõem como programa reformador de igrejas, conventos e santuários, numa espécie de arte ao serviço do estado eclesial, com o propósito de marcar o tempo e o espaço dos seus mandatos, alastrando-se rapidamente ao território dominado pelo arcebispado bracarense, conquistando adeptos na nobreza e burguesia local que absorvem, em processo mimético, esse novo gosto e o imprimem nas suas casas e palácios.

André Soares e Carlos Amarante, os mais conhecidos nomes da arte minhota da segunda metade do século XVIII, não atuaram isoladamente. Com eles emergem figuras ainda pouco estudadas como João Costa, Diogo Soares e o galego Paulo Vidal⁷⁰, que cons-

⁶⁹ SERRÃO, 1995: 259, 263.

⁷⁰ ROCHA, 1996-1997: 286.

titui uma exceção no quadro do papel desempenhado por outros mestres seus conterrâneos, uma vez que, a menos que novos dados sejam revelados, o restante escol de artistas galegos está confinado à materialização técnica dos tracistas. Esta condição leva-nos a concluir que a influência estética deixada na arte minhota pela presença de artistas e oficiais galegos, na segunda metade do século XVIII, não se afigura relevante. Estudos anteriores apontam para a necessidade de enquadrar numa outra perspetiva a ação destes mestres e oficiais estrangeiros, estendendo a sua atuação a uma interpretação mais dinâmica dos projetos, conferindo à arte minhota da segunda metade do século XVIII um timbre geometrizar e volumétrico, tese que carece de corroboração. A marca destes artistas e artífices estrangeiros, destes *outros*, não permite, à luz dos dados que possuímos, tornar inteligível uma determinada especificidade estética nas obras em que participam como executantes, da mesma forma que não nos parece evidente a existência de uma linguagem estética comum aos dois territórios fronteiriços. É possível, isso sim, identificar aspetos de ordem formal e técnica comuns e semelhantes, com recurso ao uso de fontes paralelas que se projetam sobretudo na arquitetura e em particular nas igrejas paroquiais, fidelizados a esquemas mais austeros⁷¹.

Se na arte da pedra a presença dos galegos é expressiva, o mesmo princípio não se aplica às outras expressões artísticas – artes da madeira e pintura, onde a participação de mestres e oficiais oriundos da Galiza é quase inexistente. É contudo registar que o facto de se contratarem obras a estes artistas e artífices, constitui um indicador relevante do reconhecimento das suas capacidades técnicas, acabando por se impor no mercado artístico muito concorrido e exigente. Esse exercício subentendeu também a partilha e transmissão de conhecimentos práticos e teóricos.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, José Rosa (1983) – *A Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo.
- CAPELA, José Viriato (2009) – *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo Nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto-Minho*. Braga: Casa Museu de Monção / Universidade do Minho.
- CARDONA, Paula Cristina Machado (2012a) – *Arte no Tempo das Devoções. Património Artístico de Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez
- (2012b) – *Confrarias em Viana do Castelo. A encomenda artística dos séculos XVI a XIX*. Porto: CEPES / Afrontamento.
- (2013) – *A talha da fase final do Barroco e a escola regional do Alto-Minho. O caso da Ordem Terceira de Ponte de Lima. Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscanos*. Porto: CEPES.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (1989) – *A Arte da Talha no Porto na Época Moderna (Artistas e Clientela. Materiais e Técnica)*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- GONÇALVES, Ortelinda (2009) – *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: Fronteira do Caos / CEPES.
- JORDAN, W. D. (1984) – *Dom Francisco António Solha, organeiro de Guimarães*. «Boletim dos Trabalhos Históricos», 34. Guimarães.

⁷¹ ROCHA, 1996-1997: 286.

- LOPO, Domingos L. Gonzales (2003) – *Migraciones Historicas de Los Gallegos en el Espacio Peninsular (siglos XVI-XIX)*. «Obradoiro de Historia Moderna», n.º 12. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- MARQUES, José (2009) – *Relações fronteiriças luso-castelhanas nos séculos XIV-XV*. «IBÉRIA: Quatrocentos/Quinhentos. Duas Décadas de Cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca». Porto: CEPSE.
- MORAIS, Adelino Tito de (1981) – *Artistas que trabalharam na Ordem Terceira de Ponte de Lima*. 1.º Colóquio Galaico-Minhoto. Ponte de Lima.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes (2006) – *O Barroco no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2011) – *André Soares e o rococó do Minho*. Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1993) – *Pedreiros galegos no noroeste português no século XVIII*. «Las relaciones artísticas entre España y Portugal: Artistas, mecenas y viajeros. Simposio Hispano – Português de Historia del Arte», 7.º. Olivença: [s.n.]
- (1996-1997) – *A propósito de André Soares e do Rococó – Nótulas para a Revisão de um Processo*. «Portugália», vols. XVII-XVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SARDOEIRA, Albano (1957) – *Notícia de alguns artistas que trabalharam em Amarante*. Amarante.
- SERRÃO, Vítor (1995) – *A Pintura do Renascimento e do Maneirismo no Noroeste Português*. In *Do Tardogótico ao Maneirismo. Galiza e Portugal*. Lisboa: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, Armando Malheiro da; DAMASIO, Luís e FERNANDES, José Queiroga (1996) – *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez. Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal.
- SMITH, Robert C. (1967) – *A verdadeira história do retábulo de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja de São Domingos, de Viana do Castelo*. «Belas Artes». Lisboa, 2.ª série.
- (1973) – *André Soares, arquiteto do Minho*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VILLARES, Ramon (1991) – *História da Galiza*. Lisboa: Livros Horizonte.

FONTES

ADVC – Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fundo Notarial de Arcos de Valdevez, Livro de Notas. Tabela

- CUNHA, João Alves da, 2.º Ofício, fls. 353v.-355v.
- PEREIRA, Jerónimo Barbosa, 5.º Ofício, fls. 134-135v.
- CRASTO, Lourenço Mendes de, fls. 54v.-56v.
- BRITO, Nuno dos Guimarães; PEREIRA, Estêvão José da Silva, 6.º Ofício, fls. 182-183v.
- FARIA, João Durães e COELHO, Joaquim Inácio, 2.º Ofício, fls. 81-82v.
- BARREIROS, José António, 1.º Ofício, fls. 8-8v.
- RODRIGUES, António José, 5.º Ofício, fls. 55-56; 11v.-13.
- LIMA, Caetano José da Silva, 6.º Ofício, fls. 104v.-106.
- RODRIGUES, António José, 5.º Ofício, fls. 81v.-83.
- MARINHO, Luís Caetano, 4.º Ofício, fls. 146v.-147v.
- BARREIROS, José António, 1.º Ofício, fls. 8-8v.

Fundo Notarial de Caminha, Livro de Notas. Tabelião

CRASTO, Lourenço Mendes de, fls. 54v.-56v.

Fundo Notarial de Monção, Livro de Notas. Tabelião

CASTRO, Francisco José Soares, fls. 104v.-105.

Fundo Notarial de Ponte da Barca, Livro de Notas. Tabelião:

MUHIA, Francisco Cerqueira, 3.º Ofício, fls. 200v.-202.

LEMOS, João de, 1.º Ofício, fls. 91-92v.

DANTAS, Filipe José Pinto, 2.º Ofício, fls. 81v.-85v.

PALHÃO, João António Dias; SOUSA, Francisco d' Ascensão e, 4.º Ofício, fls. 70-72v.

PALHÃO, João António Dias, COSTA, José Gomes da e MAGALHÃES, João José Soares da Costa, 3.º Ofício, fls. 77-78.

ADB – Arquivo Distrital de Braga

Mon. Conv. Mosteiro de S. Romão. *Livro de obras vol. 157*, fls. 57-59; 85 (dado fornecido por Eduardo Pires de Oliveira).

Nota Vila Verde, vol. 1185, fls. 70v-73 (dado fornecido por Eduardo Pires de Oliveira).

AMAVV – Arquivo da Matriz de Arcos de Valdevez

Livro da Receita e Despesa, 1682-1747, confraria de Santo António, fls. 132v.-134v.

Igreja do Espírito Santo, Documentos Avulsos, Confraria do Espírito Santo, s. fls.

Igreja do Espírito Santo, *Livro da Despesa, 1738-1771*, Confraria do Espírito Santo, fls. 48v.-50v.; 101.

Igreja Matriz dos Arcos de Valdevez, *Livro das Contas, 1792-1823*, Confraria de Nossa Senhora do Rosário, fl. 94.

Igreja Matriz dos Arcos de Valdevez, *Livro dos Acórdãos*, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846, fls. 6v.-8.

Igreja Matriz dos Arcos de Valdevez, *Livro dos Acórdãos*, Confraria do Santíssimo Sacramento, 1810-1846, fls. 13v.-14.

ASCMVV Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez

Termos da Mesa, 1742-1769, fls. 116v.-117 (dados fornecidos por Eduardo Pires de Oliveira).

Termos da Mesa, 1769-1788, fls. 3v-4 (dado fornecido por Eduardo Pires de Oliveira).

ASCMPB Arquivo da Misericórdia de Ponte da Barca

Livro das Contas da Santa Casa da Misericórdia, 1832-1848, fls. 38-38v.

APSD – Arquivo da paróquia de S. Domingos de Viana do Castelo

Livro para os termos da recepção dos irmãos que entram na Arquiconfraria do Santíssimo Rosário desta vila de Viana. Feito em o ano de 1753, fl. 16.

ACSA – Arquivo da confraria de Nossa Senhora da Agonia de Viana do Castelo

Conta da Receita e Despesa da confraria de N.ª Sr.ª da Agonia de Viana do Castelo, 1758-1795, fl. 6.

AOTVC – Arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco de Viana do Castelo

Livro de Despesa das obras – 1720-1771, fl. 33.